

Escola Secundária com 3º Ciclo do Entroncamento



Dividindo democraticamente a crise

Autora: Frederica Alexandra Marques Mascarenhas, nº 21216, 10º LH

Orientação: Professora Paula Antão, Geografia A

Entroncamento

Ano letivo 2011-2012

Índice

Introdução.....	3
Desenvolvimento	4
O PIB e a nossa balança comercial.....	4
Um Estado que tomou conta de nós	12
Conclusões.....	15
Bibliografia.....	19

Introdução

A atual situação económica de Portugal, a crise de que tanto se fala é, hoje, para mim fonte de interesse como cidadã deste país. Ao ouvir falar desta crise, sempre pensei que dividimos democraticamente a crise, ainda que haja sempre desigualdades sociais que advêm da situação socioeconómica, níveis de consumo e, consequentemente, qualidade de vida, entre os portugueses.

Mas por que dividimos democraticamente a crise? Para lá das nossas fronteiras somos todos portugueses e no universo dos números e das estatísticas geralmente divide-se tudo pelo número de habitantes, o chamado - *per capita*. Contudo, o *per capita* de cada um é diferente.

Depois de ler na revista *Sábado* o artigo do politólogo Nuno Rogeiro (2012, nº 403, p. 44), no qual comenta o artigo *Portugal's Plight: the Role of Social Democracy* de George Bragues, na *Independent Review*, ocorreu-me trabalhar o tema. Surge, assim, este trabalho com uma temática que considero atual e sobretudo pertinente, e no qual analiso diversos parâmetros que julgo serem *pivots* que contribuem para explicar a crise.

Recolhi diversas fontes, algumas de que me lembrava de leituras que fiz ao longo destes últimos dois anos, mas mesmo assim tive necessidade de ir procurar o próprio artigo de George Bragues.

Tentarei fazer uma análise de números e interpretar dados, no entanto, como gosto muito de Filosofia e pessoalmente tenho uma natureza bastante reflexiva, talvez me encaminhe, nas conclusões, para um campo de análise e reflexão pessoal.

Desenvolvimento

O artigo de Nuno Rogeiro (2012) inicia-se com a referência ao facto de os “anos dourados do crescimento” da economia portuguesa terem sido durante os anos do fascismo, mais precisamente nas duas últimas décadas desse regime. Assim, parece que o crescimento da nossa economia estagnou na altura do 25 de abril de 1974, a época que marcou o início da democracia portuguesa. Todo o artigo se baseia na análise do PIB em Portugal, pelo que, de inúmeras definições, acabei por concluir que uma definição de PIB, das mais simples mas que parece servir a qualquer cidadão que não seja perito em economia, pode ser: o PIB (produto interno bruto) traduz-se na soma dos valores monetários de todos os bens e serviços produzidos numa determinada região num determinado período de tempo. É um indicador utilizado em macroeconomia para avaliar o índice de crescimento e de produtividade económica da região em estudo. No entanto, o PIB não reflete toda a atividade económica. Aquilo a que chamamos economia paralela (trocas comerciais não declaradas ao Fisco) que se presume (de forma estimada e pouco rigorosa) que atinja em Portugal cerca de 15%, não entra nos cálculos do PIB.

O PIB e a nossa balança comercial

Trabalhando entre 1959 a 1973 e considerando neste intervalo duas décadas de atividade, encontrei diversos estudos mas os anos considerados diferem. Pode, no entanto, verificar-se por dados disponíveis (gráfico 1, p. 5) que a evolução da taxa de crescimento do PIB até à atualidade sofreu flutuações. Analisando apenas os valores nos 3 anos que antecedem o 25 de abril e os 3 anos que se seguem à Revolução dos Cravos, marquei como referência o ano de 1974, onde se verificaram as maiores agitações sociais e por conseguinte muito provavelmente em termos económicos quando o país se ressentiu. Elaborei uma tabela I de acordo com o gráfico 1 (p. 5) para melhor analisar os dados.

Ano	Valores do PIB (%)
1971	6,63%
1972	8,02%
1973	11,2%
1974	1,14%
1975	- 4,35%
1976	6,9%
1977	5,6%

Tabela I – valores do PIB entre 1971 e 1977, de acordo com o gráfico 1

Na tabela I, destaquei a cores diferentes os vários anos em análise: a verde, o ano de 1973, cujo PIB atingiu um máximo de 11,2%; a amarelo, demarquei o ano da Revolução de abril; realçando a vermelho a acentuada quebra no PIB para valores negativos no ano seguinte ao da revolução (1975).

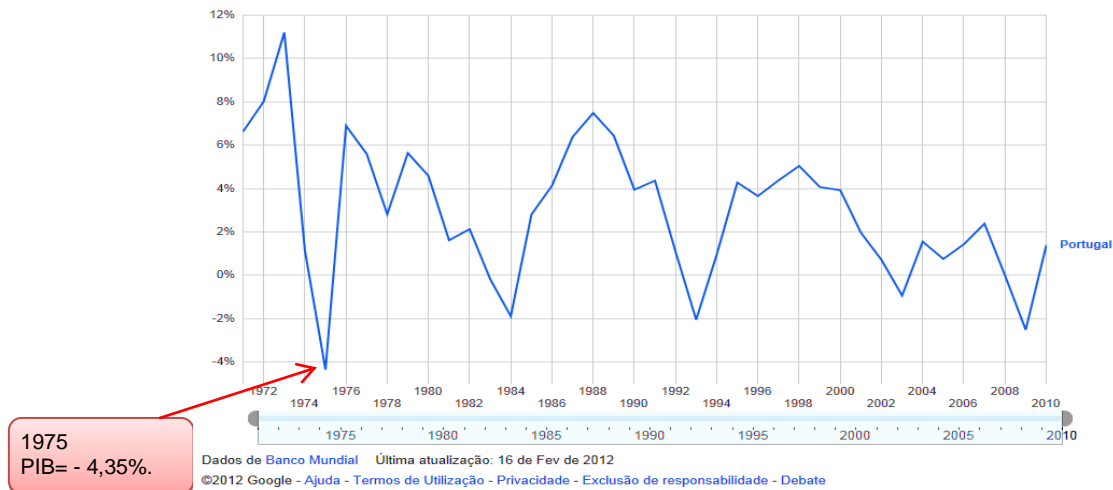


Gráfico 1 – Taxa de crescimento do PIB

Fonte: [Public Data](#)

A queda brusca do valor do PIB, que no ano de 1975 atingiu mesmo um valor fortemente negativo, acompanhou, tal como já referi, a agitação social que se vivia na época, no entanto parece ter havido uma recuperação. Mas de onde veio esta recuperação? Depende do ponto de vista, mas segundo Vasco Gonçalves¹ “...no princípio de 1976 a economia portuguesa está surpreendentemente saudável. A política económica que foi posta em prática, numa situação com as características da situação revolucionária que vivemos, naturalmente agitada e de grandes contradições sociais, no contexto da crise capitalista de 1973-75, a maior do pós-guerra, mostrou-se, pois, adequada. Penso que, nas suas linhas estruturais, definidoras, o ordenamento económico-social constitucional, de 1976, era correto.” Mas então o que parece ter mudado? Onde estão os erros que nos levaram ao colapso económico atual? Continuando com Vasco Gonçalves “ (...) Foram, precisamente, as mudanças estruturais, as nacionalizações, a reforma agrária, a participação dos trabalhadores, os aumentos salariais, a intervenção do Estado nas empresas em dificuldades que salvaram a nossa economia do colapso. Foi a falta do cumprimento, do ordenamento económico-social constitucional, foi a política neoliberal globalizadora,

¹ Teles, Viriato, Última entrevista de Vasco Gonçalves.

deliberadamente destrutiva desse ordenamento (privatizações, destruição da reforma agrária, cerceamento dos direitos dos trabalhadores, submissão às diretivas da União Europeia, mercantilização da saúde, do ensino, da segurança social, etc.) que conduziram à presente situação. (...)”.

Mas esta citação não passa de uma opinião própria, num Estado de direito que confere liberdade de expressão.

Em busca de razões que respondam de forma mais objetiva às minhas questões, deparei-me com a opinião de João César das Neves² que difere completamente da de Vasco Gonçalves. Pude verificar pela análise de dados apresentada pelo autor acima referido que até 1959 Portugal recuperava da crise económica mundial, consequência da 2ª Grande Guerra. Embora Portugal não tivesse participado de forma direta neste conflito, sofreu economicamente com a recessão. Após a recuperação, o nosso país apresenta valores numéricos muito favoráveis, de forma geral, dos vários indicadores, tais como: taxa de crescimento do produto, do capital, do trabalho, da contribuição do trabalho e da contribuição do capital. Segundo João César das Neves, num exercício de *growth accounting* (“contabilidade do crescimento”), dando destaque aos elementos acima mencionados, os quais contribuem para a avaliação quantitativa do desenvolvimento, podemos estudar e analisar o crescimento português em cinco fases, dividindo o intervalo de tempo que decorre de 1952 a 1991 em cinco períodos de acordo com a tabela II:

	1952-1958	1959-1965	1966-1973	1974-1979	1980-1991
Taxa de crescimento do produto	3,7759	6,1480	7,2375	3,4666	2,4563
Taxa de crescimento do capital	3,2278	6,1913	7,0361	4,4494	3,3075
Taxa de crescimento do trabalho	0,3311	0,0083	1,5876	1,5954	1,5162
Taxa de crescimento da contribuição do trabalho	0,1647	0,0097	0,8456	0,9370	0,8190
Taxa de crescimento da contribuição do capital .	1,6221	3,1459	3,5002	1,7940	1,5108
Resíduo de Solow.	1,9868	2,9918	2,8866	0,7234	0,1188

Tabela II - Growth Accounting das fases entre 1952 e 1991

Fonte: Neves, 1994, p. 1009

Mas ainda não encontrei a resposta para as minhas questões e continuo à procura das razões que levaram Portugal a afundar-se na crise, ainda que em certos períodos parecesse haver um esforço de recuperação. A tabela II apresenta valores de forma genérica, como já referi. Contudo, um país é movido por diversos setores que têm necessariamente expressão na sua economia: setor primário, secundário e terciário. Desta forma continuando a explorar o trabalho de João César das Neves

² Neves, J. César das (1994), vol. XXIX (128), p. 1005-1034

percebi que os números começam a variar nas análises dos diferentes setores, de acordo com as tabelas III, IV e V.

	1954-1958	1959-1965	1966-1973	1974-1979	1980-1987
Taxa de crescimento do produto	-0,6567	2,2930	1,1115	0,8420	2,4401
Taxa de crescimento do capital	1,9063	1,6214	2,0442	2,0484	1,2715
Taxa de crescimento do trabalho	-0,8060	-2,3380	0,5893	-1,0445	-2,6946
Taxa de crescimento da contribuição do trabalho	-0,4011	-1,1352	0,4084	-0,6067	-1,5123
Taxa de crescimento da contribuição do capital	0,9585	0,8250	1,0197	0,8228	0,5533
Resíduo de Solow	-1,2205	2,6084	-0,3888	0,5825	3,4142

Tabela III – Growth accounting da agricultura

Fonte: Neves, 1994, p.1010

No setor primário analisando os dados entre 1959-1965 (2ª coluna) e 1966-1973 (3ª coluna) podemos ver que os números são positivos.

	1954-1958	1959-1965	1966-1973	1974-1979	1980-1987
Taxa de crescimento do produto	6,0933	9,2514	8,9826	2,7931	1,1051
Taxa de crescimento do capital	8,0111	9,9725	7,9619	5,2020	4,2620
Taxa de crescimento do trabalho	2,0590	2,1294	1,9412	2,4254	0,3941
Taxa de crescimento da contribuição do trabalho	1,0244	1,0482	0,9945	1,3959	0,2339
Taxa de crescimento da contribuição do capital	4,0262	5,0642	3,9736	2,1182	1,8896
Resíduo de Solow	1,0408	3,1231	4,0127	-0,7375	-1,0109

Tabela IV – Growth accounting da indústria

Fonte: Neves, 1994, p.1010

No que respeita ao setor secundário, no mesmo intervalo de tempo, Portugal apresenta um cenário muito favorável.

	1954-1958	1959-1965	1966-1973	1974-1979	1980-1987
Taxa de crescimento do produto	4,4127	5,5057	7,5670	4,7498	2,1947
Taxa de crescimento do capital	3,1299	5,2323	7,2634	2,7829	1,9306
Taxa de crescimento do trabalho	0,7890	1,1309	2,3866	3,2305	3,8774
Taxa de crescimento da contribuição do trabalho	0,3925	0,5642	1,2260	1,9445	2,2244
Taxa de crescimento da contribuição do capital	1,5739	2,6594	3,6045	1,1182	0,8492
Resíduo de Solow	2,4422	2,2790	2,7452	1,6729	-1,0393

Tabela V – Growth accounting dos serviços

Fonte: Neves, 1994, p.1010

Por fim, na tabela V, no que diz respeito ao mesmo intervalo de tempo referido para as duas tabelas anteriores, o cenário mantém-se favorável. Todavia, um país não vive só para o trabalho e para a produção. Um país também é feito de cultura, formação e ciência e tecnologia e, neste aspeto Portugal, ao contrário de muitos outros países da Europa, investiu muito no trabalho com baixa qualificação e perdeu o investimento cultural e em atividades de I&D (investigação e desenvolvimento). Numa

política fechada, entre 1933-1974, Portugal fechou-se ao Mundo. Nesse período passámos pela política do Estado Novo, com Salazar e Marcelo Caetano. Vivemos, durante aproximadamente meio século, como donas de casa que vivem para poupar e não poupam para viver. O resultado foi uma euforia descontrolada após a revolução do 25 de abril de 1974. O povo cansado de não ter voz achou-se no direito de ter tudo, de exigir o que durante anos lhe foi negado. Este cenário de agitação social penalizou os vários setores de produção e desenvolvimento nacional. Portugal, ao sair da revolução de 74, teve que se adaptar a mudanças de mentalidades e de agitação social, com períodos de pouco rendimento económico. Os anos 80 que se seguiram, na primeira metade, serviriam para consolidar a nossa jovem democracia e iniciar as conversações/negociações de entrada de Portugal na CEE. Chegamos rapidamente a 86, data da nossa adesão e que marca a nossa entrada no “comboio” da globalização, que já se tinha iniciado mais cedo na Europa.

Além-fronteiras, pelo mundo fora, um fenómeno chamado **globalização** começava a tornar-se uma realidade.

A globalização é um processo multidimensional que abrange a dimensão económica, cultural, social, política, religiosa e jurídica. A globalização impele o fluxo migratório numa era de desenvolvimento global à escala mundial. Graças a este fenómeno, os dados estatísticos com que trabalhamos alteram-se de dia para dia, numa rapidez avassaladora.

Durante muito tempo fechados sobre nós próprios, quando resolvemos abrir as portas da nossa casa (país), no período que vai de 1986 a 1991-92, um período pós adesão à antiga CEE, em que houve fundos europeus a entrar no país e em que, segundo Augusto Mateus, Portugal terá sofrido um “choque externo”, deparámo-nos com um mundo francamente diferente do que talvez imagináramos, ou não. Um mundo mais desenvolvido culturalmente, economicamente e socialmente, tinha iniciado uma nova fase de mudança e, desta feita, muito mais célere. Tínhamos algum dinheiro, é certo, achámos que tínhamos o direito de finalmente existir e viver condignamente, também é verdade. A meu ver, não será uma ideia condenável, mas talvez tenha havido uma certa precipitação. Com uma grande disparidade entre a qualificação da mão-de-obra e a parte cultural, tentámos entrar nessa Europa que a seu tempo soube gerir a mudança e fazer parte de um mundo que por si, foi avançando passo a passo, enquanto nós tínhamos uma produção em setores muito específicos e pouco qualificados. Foi um passo de gigante. De repente centrámo-nos na massificação do ensino, na educação das nossas crianças e adultos. Educar foi a palavra-chave que passou a estar na ordem do dia. Não podíamos fazer tudo. O

deslumbre fez-nos esquecer a produção e começámos a produzir menos e a comprar mais. A nossa balança entre importações e exportações iniciou o seu desequilíbrio.

No gráfico 2 observamos que, entre os anos 80 e 90, as exportações sobem mas voltam a cair pouco depois de 1990, altura em que também caem as importações. Após 1990, o nosso volume de importações é sempre consideravelmente mais elevado do que o volume de exportações que, além disso, são em áreas muito específicas. Segundo um estudo de Óscar Afonso e Álvaro Aguiar³, o mercado de exportações português é restrito a certos produtos, onde talvez haja pouca concorrência como é o caso da madeira e da cortiça, dos vinhos da região demarcada do Douro, passando por vestuário e calçado, produzidos também com muita qualidade na região norte do país. Mas mesmo assim, o volume de negócio é pequeno quando comparado com a nossa necessidade de aderir ao consumo, tentando ter um estilo elevado de qualidade de vida, como desejaríamos.

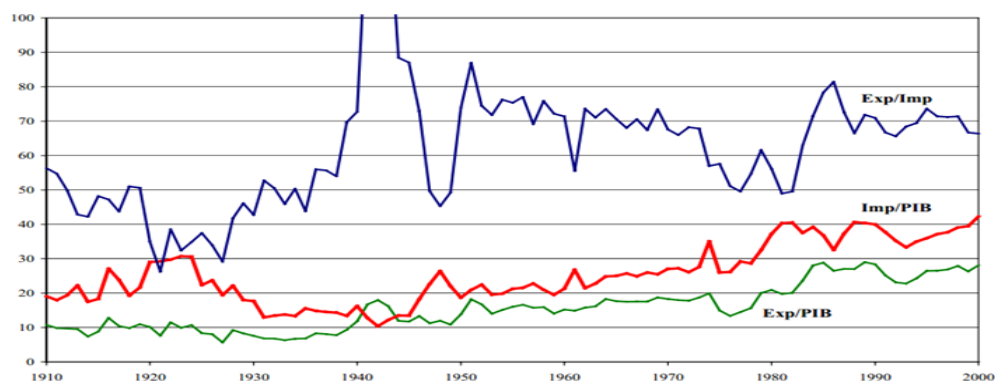


Gráfico 2 – Abertura e cobertura comercial externa da economia portuguesa³

Fonte: Afonso e Aguiar, 2004, p.32.

Mas a abertura ao mundo foi muito positiva para a nossa economia, tal como já tinha sido a abertura comercial dos anos 60, que se alimentou da indústria e nos permitiu viver, a seguir à recuperação económica de Portugal no pós-II Guerra, os “anos dourados” da nossa economia.

Contudo, se nós evoluímos, os restantes países também e nós não soubemos ser competitivos. Somos um país pequeno, que quer viver como grande. Sendo um país pequeno, produzimos pouco, produzindo pouco, vendemos pouco para fora e produzimos mais caro para nós, de modo a obtermos lucros significativos. Com menos dinheiro, investimos menos na melhoria da qualidade da nossa produção, logo, aumentamos a nossa distância relativamente a outros países. No entanto, antagonicamente, queremos um estilo de vida moderno e internacional, reflexo da

³ Afonso, Óscar e Aguiar, Álvaro (2004)

globalização. Afinal, somos cidadãos europeus. Continuamos a sonhar, mas em termos económicos quantas Europas temos?

Economicamente parece que estamos numa encruzilhada. Esquecemo-nos durante anos que a economia tem que se ver numa perspetiva nacional e internacional e que essa mesma economia é feita de um mercado externo, um mercado interno e de elementos essenciais como a atração do investimento estrangeiro no nosso país ou o repatriamento de dinheiro, na maioria assegurada pelos nossos emigrantes. A abertura ao mundo por um lado foi positiva, alimentando o nosso mercado externo, por outro lado não soubemos gerir a descompensação real entre o volume de negócios que conseguíamos assegurar, como um país pequeno que somos e o volume de negócios que implicariam as nossas importações, nomeadamente de bens e serviços pouco duradouros. Será que está aqui o nosso grande erro?!

Ainda que com alguma indústria, Portugal cometeu, a meu ver, um outro erro. A falta de investimento na investigação, ciência e tecnologia para desenvolvimento das suas indústrias a nível de equipamentos, processos e inovação industrial.

Só uns anos mais tarde é que resolvemos correr desmedidamente para este campo, quando a Europa e o resto do mundo já se encontravam num outro patamar de competitividade.

Atualmente, pode constatar-se que se investiu na educação e se melhorou bastante o nível de instrução.

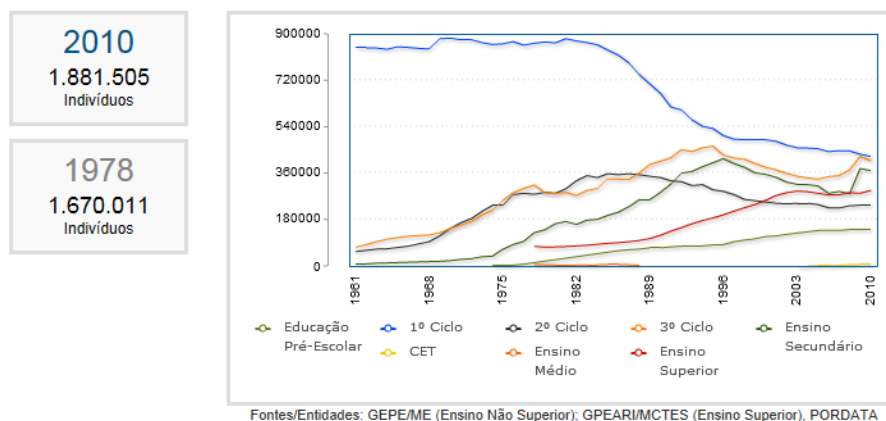


Gráfico 3 – evolução do número de alunos matriculados no ensino público, por nível de escolaridade

Fonte: [Pordata](#)

Quando analiso as estatísticas do emprego e empresas na brochura da Pordata⁴, verifico que tem diminuído o número de empregadores com o 9º ano, no máximo, bem como o número de empregados por conta de outrem, também com o 3º

⁴ Pordata (2011) Retrato de Portugal PORDATA, indicadores 2009

ciclo de escolaridade básica. A estes dados juntei a análise do gráfico referente às estatísticas da população ativa total, por nível de escolaridade.

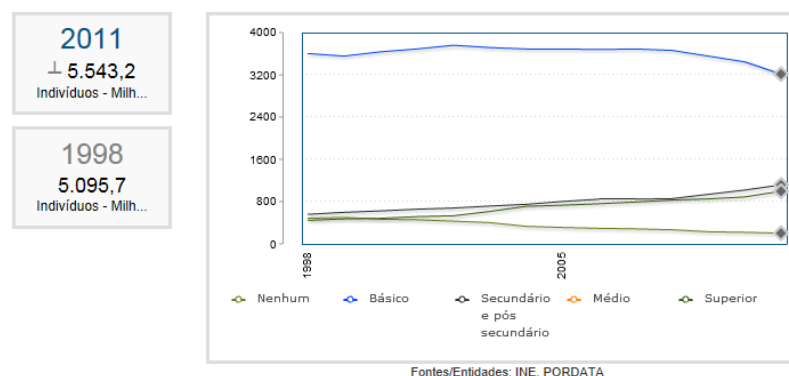


Gráfico 4 - População ativa total, por nível de escolaridade, completo

Fonte: [Pordata](#)

Explorando um pouco mais cada gráfico desta área temática, percebi que Portugal, outrora, com um Alentejo que era “o celeiro de Portugal”, sofreu uma diminuição acentuada de empregados no setor primário. Em contrapartida o número aumenta consideravelmente nos dados referentes à empregabilidade do setor terciário.

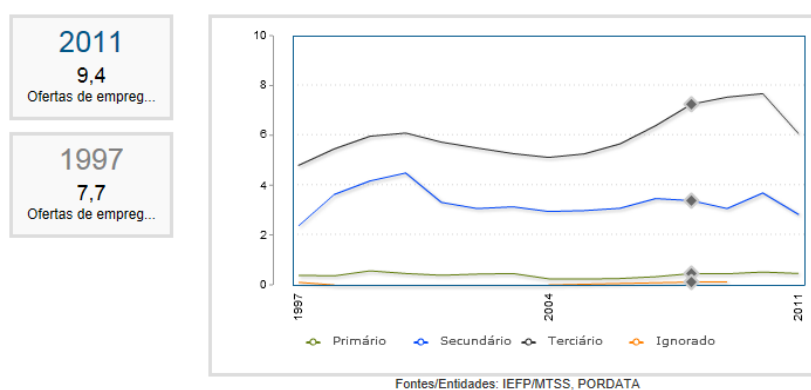


Gráfico 5 - Ofertas de emprego (média anual): total e por sector de atividade económica – Portugal continental

Fonte: [Pordata](#)

De onde terá surgido este aumento? Talvez em busca de uma vida melhor, deu-se o êxodo rural. Mas, tal como noutras ocasiões da história, a oferta de emprego seria menor do que a procura. Campos abandonados, fuga das populações dos meios rurais e aumento da população em áreas urbanas em condições precárias. Bairros da lata e bairros sociais que foram surgindo com o Estado providência. A maior parte das vezes, as condições para quem participou neste fluxo migratório pioraram, mas a proteção social segurou as pontas deste embrulho - presente envenenado.

A economia, no entanto, não é uma ciência de laboratório onde testamos e voltamos a testar, após um infundável número de reestruturações das ideias, conceitos e hipóteses em jogo. E se no laboratório podemos obter resultados concretos, na economia, enquanto ciência, a principal dificuldade é que testar torna-se uma tarefa árdua. O universo económico é feito de ideias, hipóteses, teorias, por vezes antagónicas entre os diversos entendidos na matéria. A aplicação de métodos e modelos económicos terá implicações sociais. Interpretar, analisar e aprender com os erros anteriores, é o único caminho possível. Daí que se encontrem referências às dificuldades da ciência económica⁵.

Desejava-se uma política económica de convergência, mas caminhámos para a indesejável divergência, análise que pode ser vista de uma forma pormenorizada, na obra de Luciano Amaral⁶. Este autor apresenta uma visão da economia portuguesa, desde o Estado Novo até à atualidade.

Um Estado que tomou conta de nós

Depois de uma análise e alguma crítica ao nosso crescimento económico, já percebendo que apanhámos o “comboio da globalização a meio da viagem”, vou tentar descortinar por que motivo estamos praticamente na falência. De muitos artigos que vou lendo na imprensa escrita e pelas notícias e reportagens que vou ouvindo nos meios de comunicação social, começo a perceber que, talvez no pós-25 de abril, o direito à igualdade, à liberdade de expressão, entre outros direitos adquiridos pela democracia, conduziu-nos a um universo político em que o Estado democrático resolveu tomar conta dos seus cidadãos. Temos então um Estado que mediante descontos nos garante a segurança social, serviços médicos públicos a baixo custo e isso traduziu-se na melhoria das condições de vida da população, de um modo geral. Deixámos de ter um Estado que arrecada dinheiro para os cofres, para termos um Estado que redistribui a riqueza (Estado providência), em serviços públicos diversos que nos são oferecidos.

Pelo caminho, aderimos à União Europeia (U.E.). A injeção de capitais que permitiriam o desenvolvimento teria, talvez, objetivos que não foram cumpridos. Lavámos a cara do país, construímos estradas e autoestradas como meio de desenvolvimento da nossa economia. O investimento não foi bem gerido. Esquecemo-nos que teríamos que, fazendo parte da família europeia, aderir a algumas regras

⁵ Bento, Vítor (2011)

⁶ Amaral, Luciano (2010)

deles. Pequenos e pouco competitivos, perdemos cotas na produção agrícola, nas pescas e na pecuária, de forma silenciosa, pois de resto andávamos entretidos com o desenvolvimento que víamos à frente dos nossos olhos. A possibilidade de crédito aumentou com a injeção de capitais europeus. Chegámos a uma dívida pública insustentável, a maior em 160 anos, segundo refere Luís Mira Amaral (2011). Não nos lembramos de uma crise igual. A última grande crise foi em 1862, há 120 anos. Atualmente a nossa dívida externa parece bater o *record* da centenária crise.

Analisando dados da **Pordata** com base nos valores percentuais do PIB, podemos ver que a Taxa de crescimento (%) do PIB e PIB *per capita* a preços constantes, nunca foi tão baixa como em 2010. Viemos a decair, embora, analisando o gráfico 6, possamos perceber que após a grande queda em 1975, houve anos melhores e anos piores.

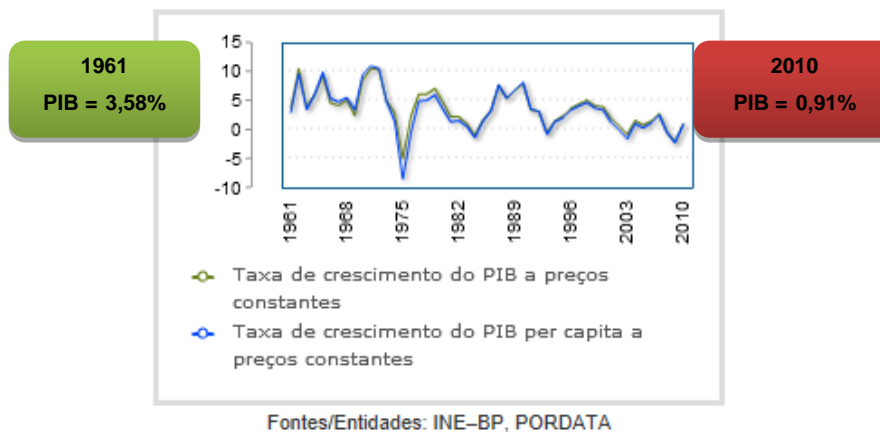


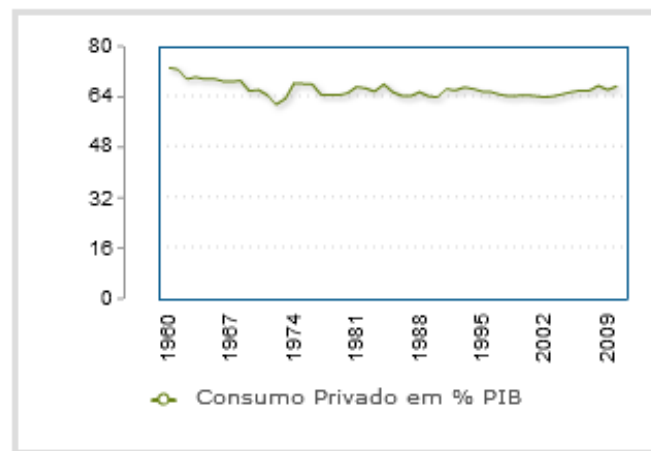
Gráfico 6 - Taxa de crescimento (%) do PIB e PIB per capita a preços constantes

Fonte: [Pordata](#)

O nosso crescimento económico é diminuto. A nossa dívida externa é avultada. Será que fomos pedindo emprestado o que não podíamos pagar? Fomos importando e pagando conforme podíamos? Ou simplesmente, pedíamos a uns para pagar a outros? As fugas ao fisco também se agravaram e portanto algum dinheiro foi circulando dissimuladamente. Mesmo perante tal crise, quando esta se avizinhava ainda muita gente continuava a viver acima das suas possibilidades. Podemos dizer que poupamos pouco. É verdade e as estatísticas comprovam-no.

As razões porque não poupamos podem ser diversas. Agora, podemos dizer que é da crise, que o custo de vida aumentou, mas de facto parece que muitos de nós não têm ideais de poupança. O consumo privado diminuiu, mas ainda se mantém elevado (gráfico 7). Analisando os valores do consumo privado (total, duradouro, não

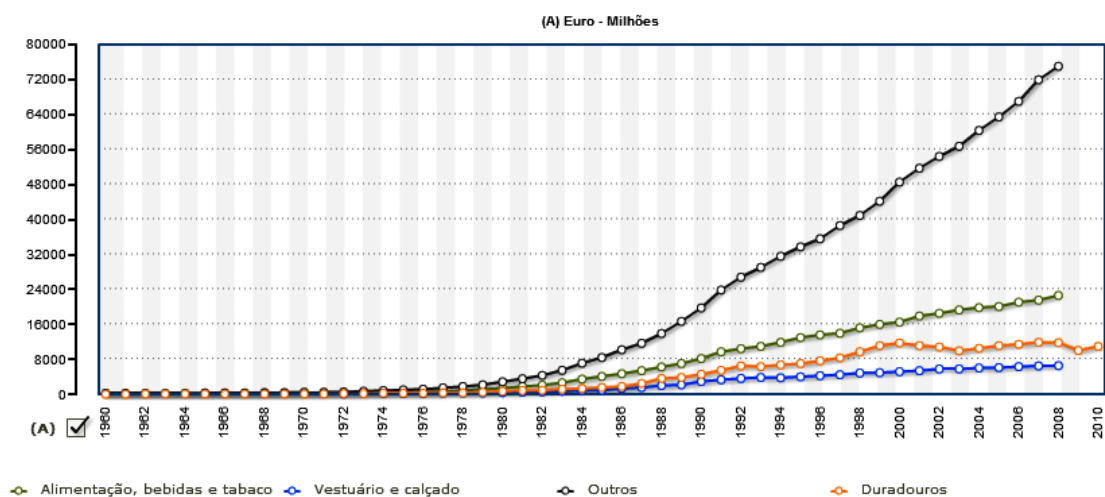
duradouro) apresentados no gráfico 8, percebe-se que a taxa de consumo é notoriamente elevada.



Fontes/Entidades: INE-BP, PORDATA

Gráfico 7 - Consumo privado em % do PIB

Fonte: [Pordata](#)



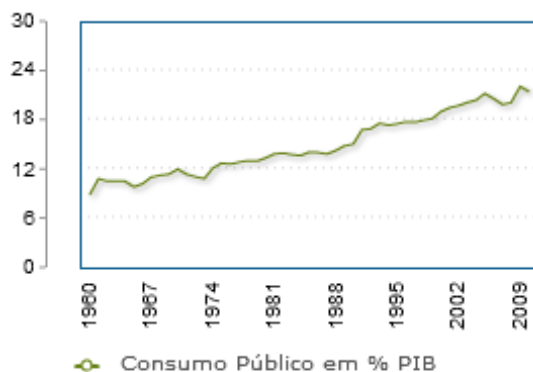
Fontes/Entidades: INF-RP PORDATA

Gráfico 8 – valores do consumo privado (total, duradouro, não duradouro)

Fonte: [Pordata](#)

Este consumo privado reflete o modo como os cidadãos, na generalidade, aplicam os seus rendimentos. Contudo, o termo privado pode ser aplicado a negócios que se encontram nas mãos de outros que não o Estado, mas por vezes em parceria com este último.

Por outro lado, o consumo público aumentou consideravelmente (gráfico 9).



Fontes/Entidades: INE-BP, PORDATA

Gráfico 9 – Consumo público em % do PIB

Fonte: [Pordata](#)

Já em 2010, o sinal vermelho tinha sido aceso para a nossa economia. Perante o caos das contas públicas, Teixeira dos Santos, na época Ministro das Finanças, não viu outra solução senão começar a implementar um plano de austeridade. No artigo intitulado “Como o governo gasta o nosso dinheiro” da Revista *Focus* (2010), são apresentados os motivos que justificariam as derrapagens das contas do Estado. O nosso Estado Providência, para além de ter prestado serviços ao cidadão comum, investiu, e quanto a mim mal, numa parceria entre entidades públicas e privadas (PPP). As concessões na construção de infraestruturas dadas a empresas poderia parecer uma boa ideia, se não houvesse incumprimentos e renegociações de contratos. Resultado: acumulámos dívidas que se vão prolongar para as gerações futuras e essa será uma herança penosa para a minha geração.

Conclusões

Não vivendo em *autarcia*, nos anos dourados da nossa economia, quase parecia. Saímos de uma cápsula do tempo e tentámos recuperar avidamente. A meu ver seria previsível que, após a revolução do 25 de abril, Portugal mergulhasse numa euforia. Acompanhar a Europa, fazendo parte da U.E., também não me pareceu um erro. Contudo, não equilibrámos os pratos da balança entre o que nos proporcionava a democracia e a abertura ao mundo e a melhoria da nossa qualidade de vida. Após o 25 de abril, houve de fato um crescimento económico considerável nos anos 90. Um *boom* económico, diria eu, no entanto este não foi um desenvolvimento sustentado, com bases sólidas para ser perpetuado. O investimento com fundos comunitários proporcionou-nos os meios para começar a crescer e a competir, a criar e a comercializar num mercado internacional. Acho que não soubemos aproveitar e

construir com solidez o futuro. Vivemos durante anos numa aparente ilusão de bem-estar económico. Fugas ao fisco, economias paralelas, também conhecidas como “subterrâneas”, contribuíram para a falência do “Estado Providência”. Hoje não há emprego. As estatísticas mostram os números do desemprego, mas durante anos houve muito subemprego, isto é, desemprego mascarado de emprego; pessoas que não trabalhando estavam dadas como empregadas. Estas pessoas recebiam apoios da Segurança Social, entravam nas estatísticas e viviam como trabalhadores. Acho que, **democraticamente, dividimos a crise** e as suas consequências por todos os portugueses. Afinal, perante a Europa e o Mundo, somos todos portugueses. Podemos queixar-nos do Governo, mas fosse quem fosse o nosso governo na atualidade, estaria sempre condicionado a programas externos para salvação nacional, como o programa da conhecida “troika”.

No *Jornal de Negócios*⁷ é referido o seguinte no que diz respeito ao endividamento de Portugal: “No final de 2011, o valor da dívida não consolidada do sector não financeiro ascendia a 715 mil milhões de euros, correspondendo a 418% do PIB (402% em 2010), escreve o Banco de Portugal numa nota explicativa”. Poul Thomsen⁸, o economista que chefiou a “troika” e a que não poderia deixar de fazer referência, referiu ainda, o ano passado, que “a economia portuguesa é viciada em crédito”⁹. Na verdade, recorremos ao crédito para viver com uma qualidade de vida maior do que as nossas posses e fazemos jogadas de pedir de um lado para pagar no outro, prolongando prazos e dívidas de forma surreal. A nação faz à sua escala o que muitos portugueses fazem ou fizeram até chegarem a decretar falência pessoal. Assim, decretamos agora a nossa falência pública.

Na revista *Focus* (2010) a que já fiz referência, encontrei um artigo sobre o risco do aumento da recessão para 2011, apresentado pela agência de notação financeira *Moody’s*¹⁰ (2010). No referido artigo a *Moody’s* alerta para um agravamento da situação, na mesma altura em que Ana Gomes¹¹ sugere que Portugal tem que se impor face às grandes potências económicas europeias. Segundo Ana Gomes a crise demonstrou o egoísmo das grandes potências europeias. E, ora aqui está: andámos sempre a reboque das ajudas, dos créditos e das ideias dos outros e não adaptámos as ideias à nossa realidade, tornando-as boas ideias para nós. Tal como toda a Europa quisemos entrar na corrida das tecnologias. Concorde. Mas talvez, em termos económicos, não tivéssemos aproveitado bem a injeção de capital europeu inicial;

⁷ Jorge, Rui P. (2012, 20 fevereiro)

⁸ Dinamarquês, ao serviço do FMI nos últimos 20 anos. Preside o grupo de avaliação económica de Portugal – “troika”

⁹ Exame expresso (2011, 19 de novembro)

¹⁰ Revista *Focus*, (2010) nº 575 pág. 10

¹¹ Revista *Focus*, (2010) nº 575, pág. 15-17

como já referi anteriormente, provavelmente não o fizemos da melhor forma. Parece que nunca tomamos as decisões corretas no momento correto. O desenvolvimento económico cegou a Europa que viu na tecnologia um valor maior. A cultura, a literatura, e a arte foram postas de lado em detrimento da tecnologia e da economia. Assistiu-se nos últimos anos a uma mudança na formação dos jovens que conduziu a outra crise – toda a Europa e nós também demos prioridade à formação de tecnocratas. A filósofa *Martha Nussbaum*¹², professora universitária de Direito e Ética e o economista *Amartya Sen*¹³ apresentam o conceito de *capability* que permite avaliar o nível de desenvolvimento de um país não pelo PIB, mas em função da capacidade dos indivíduos, numa sociedade, desenvolverem um determinado estilo de vida harmonioso. Este estilo de vida deveria dar prioridade às referências e formas culturais das sociedades. Segundo os autores do artigo “Uma crise planetária da educação”, da revista *Courrier Internacional* (2010, p. 60-65) “... a arte tem o duplo papel: enriquecer a capacidade de jogo e de empatia e diluir as invisibilidades sociais”. Pela leitura deste artigo, tento-me a transpor a reflexão para este meu trabalho. Portugal, fazendo parte do conjunto de países europeus, correu atrás da Europa aderindo à tecnocracia e os dados falam por si. Recorrendo mais uma vez aos dados estatísticos do *site* da Pordata no que respeita à Ciência e Tecnologia, o número de portugueses com internet, computador, telemóvel, aumentou significativamente¹⁴. O número de publicações científicas teve também um aumento muito significativo. A informação não clarifica quais as áreas científicas consideradas, no entanto, presumo terem uma forte base na ciência que produz tecnologia e na economia que a gere; não encontrei nada respeitante às *Humanidades*. Os “Estados Unidos da Europa” competem com o Estados Unidos da América do Norte, quer na moeda onde medem forças, o euro e o dólar, quer a nível de diversos campos da sociedade. Estamos todos a enrodilhar a tecnocracia com a economia e, com gravidade, a esquecer a cultura. O Ocidente apenas se alia tecnologicamente para enfrentar um gigante chamado - China. O resultado é um desequilíbrio que parece cada vez mais assumir proporções gigantescas com efeitos negativos. O Ocidente começa a entrar no caos e Portugal está neste grupo. A pressão, para por em prática um modelo de desenvolvimento baseado no crescimento económico cujos alicerces são a Ciência e Tecnologia, faz o Ocidente reestruturar o ensino e a formação: formamos e formatamos indivíduos para a produção e para o desenvolvimento económico.

¹² Revista *Courrier internacional* (Setembro 2010), nº175, págs. 60-65

¹³ Prémio Nobel em 1998, criador do índice de desenvolvimento humano (IDH)

¹⁴ Consultar as estatísticas da Pordata,, subtema [Sociedade de informação e telecomunicações](#) e [Publicações científicas](#)

Atualmente, considero que temos uma Europa dividida em dois grupos distintos: as grandes potências que ditam as regras do jogo e os restantes países que se sujeitam a entrarem no jogo. A própria Europa *unida* está a deixar transparecer os seus pontos de fragilidade. Caso se desmorone como ficamos? Como fica Portugal e as tão ansiadas ajudas externas? Apesar de economicamente estarmos mais dependentes do que nunca do exterior, poderíamos começar a “arrumar a casa”. Poderíamos começar a pensar por nós. A estudar modelos nas mais diversas áreas e adaptá-los à nossa realidade. Poderíamos começar por reeducar os nossos cidadãos e formar novas gerações promissoras. Levará tempo, décadas talvez, mas valerá a pena, certamente. Depois de ler diversas obras percebo que temos que parar para pensar e, sobretudo, de forma reflexiva. Lembrando Agostinho da Silva “*o Homem não nasceu para trabalhar, nasceu para criar*” (2011), atrevo-me a pensar que, enquanto pensarmos no trabalho como trabalho, viveremos sempre cansados e seremos pouco produtivos. Mas se tentarmos ser flexíveis no pensamento, criativos e adaptáveis, talvez sejamos mais felizes perante as mudanças da máquina socioeconómica impulsionada pela tecnologia e consigamos produzir mais e melhor.

Talvez o modelo educacional de Tagore¹⁵ fosse interessante de analisar, uma vez que propõe o equilíbrio estabelecido entre o desenvolvimento intelectual e económico, ainda que reestruturado, adaptado à nossa realidade.

Um último comentário tentador. Ao ler o *Jornal de Negócios* (2012) surpreendi-me com o suplemento *Weekend* que publicou um artigo intitulado “A Revolução Cultural portuguesa também será económica” (Marques, 2012, p.4-5). Deparei-me então com a seguinte notícia “*A Comissão Europeia acaba de anunciar um projeto para incentivar as atividades culturais, criativas e artísticas a partir de 2014. Apontando esse investimento como uma solução para sair da crise.*” O meu espanto está, realço, no facto de ter feito menção, neste trabalho, ao artigo de Martha Nussbaum e Amartya Sen, publicado na revista *Courrier International* (2010, p. 60-65) e, a partir daquele, ter proposto repensarmos Tagore, para verificar uns dias depois a mesma linha cultural no artigo de Susana Marques.

Alguém já tinha tido a ideia e eu nem sabia. De qualquer forma fico satisfeita pois sinto que *cogito, ergo sum*¹⁶!

¹⁵(1861-1941) Filósofo, dramaturgo, escritor, pintor e compositor indiano; Prémio Nobel da Literatura em 1913.

¹⁶ *Cogito, ergo sum* – expressão que significa: “Penso, logo existo”. Descartes, *Discurso do método* (1637) ou ainda *Dubito, ergo cogito, ergo sum* (duvido, logo penso, logo existo).

Bibliografia

- Afonso, Óscar e Aguiar, Álvaro (2004). *Comércio Externo e Crescimento da Economia Portuguesa no Século XX*, CEMPRE – Centro de Estudos Macroeconómicos e Previsão; investigação – trabalho nº 146, Maio 2004. Acedido no dia 20 de fevereiro, 2012. Disponível em:
http://www.fep.up.pt/investigacao/workingpapers/04.05.06_WP146_Afonso%20e%20Aguiar.pdf
- Alves, Nuno A. *Evolução do PIB e desemprego: Portugal e a média da União Europeia, 1998-2007*. Acedido no dia 17 de fevereiro, 2012. Disponível em:
<http://observatorio-dasdesigualdades.cies.iscte.pt/index.jsp?page=projects&id=96>
- Amaral, Luciano (2010). *Economia portuguesa, nas últimas décadas*. 1ª ed. FFMS, Lisboa: Coordenação editorial Relógio D'Água.
- Amaral, Luís M. (2011, 24 de fevereiro). *Perspetivas para a economia portuguesa*. Acedido no dia 14 de fevereiro, 2012. Disponível em:
http://www.aiccopn.pt/upload/Fiscalidade_2011/Luis_Mira_Amaral.pdf
- Autor não identificado (2010). “Portugal Risco de Recessão”. Revista *Focus*, nº 575, p.10
- Bento, V. (2011). *Economia, Moral e Política*. 1ª ed. FFMS, Lisboa: Coordenação editorial Relógio D'Água.
- Bragues, G. (2012). *Portugal's Plight, The Role of Social Democracy*. *The Independent Review*, vol.16, nº3, Winter2012, ISSN 1086-1653, pp. 325-349. Acedido no dia 17 de fevereiro, 2012. Disponível em:
http://www.independent.org/pdf/tir/tir_16_03_1_bragues.pdf
- Brooks, D. (2010). Journal New York Times. Tradução: Pires, A. (2010, 8 de junho). “Compreender o animal que há em nós”. *Courrier Internacional*, nº 175, p. 66-70
- Costa, P. (2010). “Como o governo gasta o nosso dinheiro”. Revista *Focus*, nº 575, p. 20-29
- Exame expresso (2011, 19 de novembro) Acedido no dia 15 de fevereiro, 2012. Disponível em : <http://expresso.sapo.pt/passos-concorda-com-opinio-de-poul-thomsen-sobre-vicio-de-credito-em-portugal-video=f689000>
- Goldacre, Ben¹⁷ (2011, 24 de junho) guardian.co.uk, Friday 24 June 2011 17.30 BST *Article history*. Acedido no dia 22 de fevereiro, 2012. Disponível em:
<http://www.guardian.co.uk/commentisfree/2011/jun/24/bad-science-local-government-savings-ben-goldacre>

¹⁷ Imagem da capa

- Jorge, Rui P. *Endividamento das Famílias, Estado e empresas devem mais de nove vezes o empréstimo da troika (act.)* (2012, 20 de fevereiro). Acedido no dia 21 de fevereiro, 2012. Disponível em:
http://www.jornaldenegocios.pt/home.php?template=SHOWNEWS_V2&id=539347
- Marques, S. (2012). “A Revolução Cultural portuguesa também será económica”. *Jornal de Negócios*, Ano XII, nº 2198. Suplemento *Weekend*, p. 4-5
- Mendes, F. R. (2011). *Segurança Social, o futuro hipotecado*. 1ª ed. FMMS, Lisboa: Coordenação editorial Relógio D’Água.
- Neves, J.C. (1994). *Análise Social*, volume XXIX (128), 1994 (4º), págs. 1005-1034. “O crescimento económico português no pós-guerra: um quadro global”. Acedido no dia 21 de fevereiro, 2012. Disponível em:
<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223378178X8sYF6cn2BI69AP4.pdf>
- Noronha, Alexandra (2011, 2 de agosto). Álvaro Santos Pereira: "Devíamos exportar 50% do PIB". Acedido no dia 17 de fevereiro, 2012. Disponível em:
http://www.jornaldenegocios.pt/home.php?template=SHOWNEWS_V2&id=499313
- Nussbaum, M. (2010). Tradução: Pires, A. (2010, 25 de julho). “Uma crise planetária da educação”. *Courrier internacional*, nº 175, p. 60-65
- Pordata (2011). *Retrato de Portugal PORDATA, indicadores 2009*. FMMS, Lisboa. Produção GUIDE – Artes Gráficas
- Pordata (2009). Acedido no dia 12 de fevereiro, 2012. Disponível em:
<http://www.pordata.pt/>
- Rogero, N. (2012). “O dilema português”. *Revista Sábado*, nº403, p. 44-45
- Rosa, M.J. e Chitas, P. (2010). *Portugal: os Números*. 1ª ed. FFMS, Lisboa: Coordenação editorial Relógio D’Água
- Silva, P.N. (2011). *Citações e pensamentos de Agostinho da Silva*. 6ª ed. Casa das Letras.
- Sousa, C. e Alveno, P. (2010). “Entrevista a Ana Gomes”. *Revista Focus*, nº 575, p.15-17
- Steppek, John (2011) *What Portugal's plight means for the euro*. Acedido no dia 16 de fevereiro, 2012. Disponível em: <http://www.moneyweek.com/investments/money-morning-portugal-debt-and-the-euro-10103>
- Steppek, John (2011) *What's happening to Portugal?*. Acedido no dia 16 de fevereiro, 2012. Disponível em: <http://www.moneyweek.com/investments/money-morning-portugal-debt-and-the-euro-10103>
- Teles, Viriato, *Última entrevista de Vasco Gonçalves*. Acedido no dia 16 de fevereiro 2012. Disponível em: http://resistir.info/portugal/entrev_vg.html